

SOFRIMENTO PSÍQUICO E USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS EM HOMENS MORADORES DE COMUNIDADES*VIEIRA, Thales¹; GONÇALVES, Mariana Alves²*

58

Resumo

O presente trabalho propõe a criação de um espaço no Complexo do Lins, no Rio de Janeiro, destinado a homens entre 40 e 60 anos, onde serão inseridos em grupos psicoterapêuticos voltados para a elaboração de estratégias de redução de danos relacionados ao uso de drogas. Dentro do contexto das favelas cariocas, os moradores enfrentam diversas dificuldades, como a falta de acesso a direitos básicos e serviços essenciais. O Projeto Saúde Popular em Movimento visa trabalhar a saúde mental masculina, desafiando as práticas psicológicas tradicionais e propondo uma intervenção comunitária que considere as necessidades concretas dessa população marginalizada. A abordagem se fundamenta na esquizoanálise e busca construir um espaço pertencente aos próprios moradores, onde os psicólogos possam desenvolver práticas que se afastem do modelo hegemônico, centrado em consultórios, e que contribuam para a transformação social.

Palavras-chave: Redução de Danos. Saúde Mental. Esquizoanálise. Psicologia Comunitária.

Abstract

This paper proposes the creation of a space within the Complexo do Lins, in Rio de Janeiro, aimed at men aged 40 to 60, where they will participate in psychotherapeutic groups focused on developing harm reduction strategies related to drug use. In the context of Rio's favelas, residents face numerous challenges, including limited access to basic rights and essential services. The Popular Health in Motion Project aims to address men's mental health by challenging traditional psychological practices and proposing a community intervention that considers the concrete needs of this marginalized population. The approach is based on schizoanalysis and seeks to create a space owned by the residents themselves, where psychologists can develop practices that depart from the hegemonic model centered on clinics and contribute to social transformation.

Keywords: Harm Reduction. Mental Health. Schizoanalysis. Community Psychology.

¹ Graduando do Curso de Psicologia do Centro Universitário Celso Lisboa – RJ/Brasil

² Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Celso Lisboa – RJ/Brasil

Introdução

O presente trabalho refere-se à elaboração de um espaço dentro do Complexo do Lins onde homens na faixa dos 40 aos 60 anos possam ser inseridos em grupos psicoterapêuticos para elaborar estratégias de redução de danos, visando desmoralizar o uso de drogas. Dentro de territórios como os das favelas cariocas, moradores enfrentam dificuldades de configuração como acesso a direitos básicos; acesso a água e saneamento, à educação, saúde, segurança pública e cultura. Para além das questões territoriais enfrentadas por esses trabalhadores cotidianamente, uma das propostas do Projeto Saúde Popular em Movimento é trabalhar saúde mental masculina entre os usuários da Clínica da Família Cabo Edney.

Esse projeto comunitário se originou no questionamento do uso recreativo de drogas, os sistemas de culpabilização na sociedade capitalística, o deslocamento dos psicólogos até as comunidades cariocas e um espaço que seja pensado de acordo com as necessidades concretas dessa população. Tentando viabilizar a construção desse local, que deve pertencer aos moradores, onde profissionais de psicologia possam formar grupos psicoterapêuticos a partir da esquizoanálise.

Justificativa

Segundo Yamamoto e Oliveira (2010, p. 9), partindo da pressuposição de que condições históricas específicas fornecem um contexto que poderia ser levado em consideração para a análise de qualquer tipo de fenômeno social, entendemos que a realidade da profissão de psicólogo no Brasil foi “marcada pelo elitismo e pela escassa consideração das demandas sociais”. Podemos definir questão social como um conjunto de questões políticas, sociais e econômicas colocadas pela classe operária durante esse processo de constituição de uma sociedade capitalista. A contradição capital-trabalho é manifestada no cotidiano da vida social dos corpos negros e favelados.

Esses autores escrevem que para abordar políticas sociais em uma formação econômico-social específica, seria necessário considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais (Yamamoto; Oliveira, 2010).

A organização de agrupamento dos programas sociais públicos se deu em cinco conjuntos: educação e saúde, programas de seguridade social, emprego e renda, programas de assistência social, combate à pobreza e subsídios monetários concedidos a essas famílias. Seria isso o suficiente ou apenas uma forma de “tamponar” uma questão

social? A formação do Brasil moderno se configura por uma particularidade histórica: um padrão de relação do Estado com a sociedade civil. Os projetos societários alternativos que poderiam expressar os interesses das classes subalternas seriam anulados, neutralizados (Yamamoto; Oliveira, 2010).

Esse projeto de transição democrática no contexto brasileiro ocorreu em um cenário de baixa expectativa de vida (54,8 anos para quem tinha uma renda de um salário mínimo em 1980), altas taxas de mortalidade infantil (113,2 por mil nascidos para um salário mínimo contra 56,3 por mil para cinco salários mínimos, em 1976); deficiências alimentares (58% da população com idade inferior a 18 anos com diferentes níveis de desnutrição, em 1975); exclusão escolar (97% das crianças fora da escola pertenciam a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo). Tornando o limite de três salários mínimos como um parâmetro, 52% desses domicílios e 60% das famílias encontravam-se abaixo da linha da pobreza. Temos no Brasil uma transição democrática que ocorreu em um cenário de fome, escassez de recursos, pobreza, exclusão escolar de crianças, deficiências alimentares e altas taxas de mortalidade infantil (Yamamoto; Oliveira, 2010).

Essa agenda neoliberal trouxe um forte impacto na desigualdade social no Brasil em 1990, com cerca de 40 milhões de brasileiros na ou abaixo da linha de pobreza. Entre essa população, 32 milhões se encontravam em situação de indigência. Trata-se então de um neoliberalismo que funciona como uma forma de desajuste social, na medida em que sua agenda se baseia no aumento do desemprego, punição e vigilância do movimento sindical, na desmontagem de serviços públicos e diversos programas de privatizações (Yamamoto, Oliveira; 2010).

Pensando a respeito da regulamentação da psicologia como profissão, ambos autores apontam que ela “instituiu-se como um campo do saber e uma prática predominantemente conservadores, direcionando-se, tardiamente, para a construção e/ou efetivação de um projeto de transformação social” (Yamamoto; Oliveira, 2010, p.15). Os conhecimentos psicológicos serviram como instrumento de controle, segregação e diferenciação, contribuindo para a reprodução do capital. Teríamos então um modelo de atuação hegemônico, a clínica centrada nos consultórios particulares, reproduzindo uma cultura psicanalítica dentro de um processo que individualiza o sujeito. Dessa forma, a função do psicólogo era ajustar e adaptar, supondo um estado de normalidade e adaptação. No período em que a psicologia se tornou profissão, tivemos uma prática clínica hegemônica com referenciais que não se aplicam ao contexto brasileiro. Não há espaço

para transformações no campo sem compreender a realidade da população subalterna. Seria fundamental pensar em ações que possam educar e promover saúde mental nessas comunidades (Yamamoto; Oliveira, 2010).

Se tratando dos caminhos da profissão de psicólogo no Brasil e seus aspectos fundamentais, poderíamos nos questionar onde esse profissional está atuando; o que está sendo feito; com qual finalidade e o público-alvo dessa intervenção. A atuação dos profissionais de psicologia exercida nos espaços clássicos da profissão (escola, clínica e trabalho) seria classificada como tradicional, um trabalho caracterizado historicamente pelo serviço às elites. As pesquisas de avaliação da profissão realizadas em 1970, 1980 e 2000 de acordo com esses autores, mostram que o consultório era o espaço clínico predominante de atuação entre os psicólogos (Gonçalves; Portugal, 2016).

Entendemos que a disciplina de Psicologia Social tomou rumos diferentes daqueles definidos pelos estudos cognitivos e experimentais. Para se desvencilhar do pensamento individualista, foi necessário enfatizar temas que fossem socialmente relevantes, que fizessem parte do cotidiano e da realidade das maiorias populares no contexto brasileiro e latino-americano. Devido a uma carência na formação em psicologia, que historicamente foi voltada para o atendimento clínico, os profissionais se depararam com dificuldades de atuação, falta de preparo para trabalhar com políticas públicas ou em contextos comunitários. A falta de discussões relativas a problemas sociais, políticos e econômicos durante a formação em psicologia impede que cada estudante pense sobre as consequências (políticas) de suas práticas (Gonçalves; Portugal, 2016).

O termo “maiorias populares” aponta para a maior parte dos brasileiros “que tem acesso restrito aos equipamentos sociais e renda insuficiente para uma subsistência digna” (Gonçalves; Portugal, 2016, p. 563). Desde o fim da década de 1970 no Rio de Janeiro, estudantes e profissionais de Psicologia foram inseridos em favelas cariocas devido a um possível incômodo com as produções nas universidades e uma crise de atuação naquele modelo liberal, voltado para um público-alvo de alta renda.

Esses psicólogos e estudantes inseridos nas favelas cariocas, vinculados a projetos de extensão, estágio curriculares e instituições públicas, produziram experiências de atuação nesses territórios do Rio de Janeiro que não foram identificadas como práticas da Psicologia Comunitária nem da Psicologia. Essas práticas não hegemônicas, voltadas para os povos, sem os referenciais teóricos e metodológicos clássicos do curso de graduação,

trouxe inquietações e um certo estranhamento ao afirmar que esse tipo de prática estaria associado à Psicologia (Gonçalves; Portugal, 2016).

Ao refletir em novas possibilidades na Psicologia Comunitária, seria imprescindível sustentar a angústia do “não saber o que fazer”; os profissionais que entraram nesses territórios periféricos sabendo exatamente aquilo que deveriam fazer encontravam respostas prontas e um modo de atuação pré-estabelecido. Esses autores escrevem que para a psicologia ampliar seu campo de atuação, seria necessário pensar para além do atendimento psicológico tanto individual quanto em suas diferentes formas. Como pensar em uma intervenção do psicólogo dentro das favelas que escape à atuação da chamada Psicologia Tradicional? Na tentativa de escapar das práticas tradicionais e hegemônicas, os psicólogos acabam à margem, em atuações que não seriam propriamente clínicas. Não saber exatamente o que fazer nesses territórios não seria um problema, pois “é preciso não fazer clínica para que alguma coisa diferente possa acontecer” (Gonçalves; Portugal, 2016, p. 566).

Entendemos que o psicólogo reconhece as condições materiais de pessoas que habitam o contexto comunitário, porém parece que ele não busca intervenções nessa área. Questões de saneamento básico, saúde, acesso à escola e educação, questões econômicas e políticas são deixadas de lado, ignoradas. Fazer intervenções comunitárias não seria necessariamente aplicar conceitos, métodos ou referências da PSC. Os próprios psicólogos comunitários não se identificavam com essa nomenclatura, pois entravam nesses territórios sem saber exatamente o que fazer com o objetivo de questionar esses espaços que a Psicologia ocupa como profissão. Esse “adentrar os territórios comunitários sem ter muita noção do que se pode fazer”, incita os profissionais a pensar em novas possibilidades de atuação nesses territórios com um olhar que esteja voltado para as necessidades dessa população. O conforto daquele que “sabe exatamente o que faz” pode trazer como consequência a repetição de práticas excludentes e mais especialismos no campo psi (Gonçalves, Portugal; 2016).

Objetivo

Segundo Baró (1996, p.7), “o trabalho profissional do psicólogo deve ser definido em função das circunstâncias concretas da população a que deve atender”, e dessa forma entende-se que a prática psicológica deveria estar voltada para a conscientização dos povos. A partir dessa conscientização, poderíamos pensar em uma transformação das condições opressivas da classe operária, aceitá-la para que se consiga mudar a perspectiva teórica e prática que seria usada no cotidiano desses profissionais. Se tratando de uma psicologia que deveria libertar ao invés de segregar, tal autor nos faz pensar em uma prática psicológica e comunitária que “assuma a perspectiva das maiorias populares”. Repensando o papel do psicólogo nas sociedades, sua práxis e conhecimento, poderíamos propor uma conscientização através da análise histórica desses povos e suas necessidades.

A partir da crítica de Baró (1996, p.8), poderíamos questionar as “definições genéricas procedentes de outros lugares”, ou seja, tais definições nos ajudariam a compreender a realidade dos nossos povos? Esses conceitos seriam adequados para captar a especificidade social e cultural dos brasileiros que vivem em condições miseráveis? Sociedades pobres e subdesenvolvidas se organizam em “regimes que distribuem desigualmente os bens disponíveis”. A maioria da população submetida a condições miseráveis de vida, para que uma minoria possa viver de forma confortável e luxuosa. Não seria exatamente essa a situação que os favelados enfrentam no seu cotidiano?

Segundo Baró (1996), os grupos subalternos nunca tiveram suas necessidades básicas atendidas (alimentação, moradia, saúde e educação). A violação dos direitos humano ocorre no momento em que temos um contraste: os povos vivendo em uma situação miserável e as minorias oligárquicas desfrutando da superabundância de recursos. Pensar na distribuição desigual dos alimentos e recursos vitais que essa população deveria ter acesso para sobreviver e ter o mínimo de dignidade seria uma tarefa imprescindível para os psicólogos de acordo com esse autor. Há uma negligência dos profissionais de psicologia em relação a negritude, necessidades dos povos e construção de espaços que pertençam aos favelados. Seria necessário que os psicólogos tivessem uma abertura, se permitissem serem atravessados pelas questões sociais e necessidades das massas, implicados em um processo revolucionário. Trata-se de um compromisso dos psicólogos com os povos pensar em uma Psicologia decolonial evitando a patologização do sofrimento dos marginalizados.

Considerando-se que “as grandes decisões políticas de nossos países são tomadas em função da segurança nacional dos Estados Unidos” (Baró, 1996, p.11), como pensar em uma prática comunitária (e política) que possa reivindicar a identidade e autonomia dessa maioria popular, trabalhando um futuro possível? Como podemos participar do processo de apropriação cultural dos favelados? De que forma suas identidades históricas podem ser resgatadas através de uma psicoterapia em grupo? Como poderíamos definir o papel que corresponde ao psicólogo desempenhar de acordo com o contexto em que essa maioria está inserida? Seria necessário repensar o movimento dos psicólogos até as favelas? Como esses profissionais poderiam participar de uma transformação da sociedade?

Baró (1996, p.12) escreve que “a psicologia oferecia uma solução alternativa para os conflitos sociais”, ou seja, buscava mudar o indivíduo preservando a ordem social vigente ou, produzindo a ilusão de que ao mudar o indivíduo conseqüentemente se muda a ordem social. Trata-se de um “melhorar para si e por si”, uma busca por soluções individuais e subjetivas para os próprios problemas de forma “objetiva”. Com uma grande parte dos psicólogos dedicados exclusivamente (ou com atenção predominante) à burguesia, as atividades desses profissionais estariam voltadas para as raízes pessoais do problema, não aos fatores sociais.

Seria fundamental pensar em quais efeitos a atividade psicológica produz em uma determinada sociedade (Baró, 1996). Pensando nos escritos dele, a psicologia continuará sendo usada e pensada como um instrumento restrito aos interesses da burguesia, uma disciplina que funciona como manutenção da ordem social vigente, que busca disciplinar corpos negros e periféricos reproduzindo sistemas hierárquicos, saberes “científicos” que propagam relações de poder, exclusão social, racismo, violação de direitos humanos e contribuição para o cenário de extrema desigualdade social no nosso país? Como pensar em práticas alternativas sem um modelo específico a ser usado? Como não abandonar completamente a Psicologia diante desse cenário onde os interesses dos povos são esmagados para que a burguesia continue acumulando recursos e capital?

Consciência não apenas no âmbito privado e sensível dos indivíduos, mas principalmente no âmbito onde cada pessoa age e percebe o impacto produzido naquele contexto social; é assumido e elaborado um saber sobre si mesmo e sobre o real social que possibilita ser alguém. Trata-se de uma consciência, um saber (ou não) sobre si mesmo, sobre suas condições de vida e sobre o contexto onde está inserido (Baró, 1996).

Temos a possibilidade de pensar na psicologia com o objetivo de trabalhar processos de consciência humana, atendendo “ao saber das pessoas sobre si mesmas enquanto indivíduos e membros de uma sociedade”. Dessa forma, do ponto de vista psicológico o saber mais importante seria aquele que está inserido na práxis quotidiana, implícito, estruturalmente inconsciente, produzindo um saber psicológico que possa permitir os povos a manterem o controle de sua própria existência. Trata-se de aceitar a perspectiva histórica da população (Baró, 1996).

Aprender não seria somente a elaboração e o reforço de estímulos a respostas consecutivas, trata-se de estruturar uma forma de relação da pessoa com o contexto onde se está inserido, configurando outro mundo, onde “o indivíduo ocupa um lugar e materializa seus interesses sociais”. Trabalhar nesse sentido seria tornar-se algo, transformar a realidade. Refletindo sobre um aprendizado que escape daquele incentivado pelo ensino tradicional, burguês, poderíamos “aprender a ler a realidade circundante e a escrever a própria história”. Ir além da própria alfabetização em si ultrapassando o ensino hegemônico, saber dizer as palavras da própria existência (Baró, 1996, p.16).

Uma existência pessoal e coletiva (um sujeito fala por muitos outros), multiplicidade dos discursos que se manifesta em cada pessoa inserida em seu meio. A pronúncia de uma palavra pessoal e comunitária onde cada um aceita seu destino, pensando na sua vida e nas condições inerentes ao seu modo de existência, ultrapassando a falsa consciência e atingindo um saber crítico sobre si mesmo, sobre seu mundo e sobre sua inserção nesse mundo (Baró, 1996).

Uma consciência crítica sobre a realidade (que envolva o individual e o social), pode possibilitar uma nova práxis que produza novas formas de consciência. Teríamos então uma conscientização que ultrapassa a mudança de subjetividade individual, ela “supõe uma mudança das pessoas no processo de mudar sua relação com o meio ambiente, e, sobretudo, com os demais”. Qualquer saber transformador da realidade deveria envolver uma mudança de relações entre os seres humanos, assim como uma organização social das maiorias populares com o objetivo de reivindicação dos seus direitos básicos. A especificidade da psicologia como quefazer científico e prático poderia ser usada assumindo uma responsabilidade histórica, buscando contribuir para mudar qualquer condição que insiste em desumanizar as maiorias populares, alienando sua consciência e impedindo o desenvolvimento de sua identidade histórica (Baró, 1996, p.17).

Para acabar com essa dinâmica opressor/oprimido em uma relação de poder que busca subjugar as majorias e submetê-las ao processo de educação escolar tradicional, seria necessário um processo de conscientização que busque o abandono da mecânica reprodutora dessas relações de dominação-submissão. Tal dinâmica se repete tanto em psicoterapia quanto no trabalho cotidiano. Como pensar em um processo de conscientização que leve os favelados a recuperar sua memória histórica, assumindo a autenticidade do seu passado, elucidando aquilo que há no seu presente e projetando isso em um projeto pessoal e nacional? Seria imprescindível ao psicólogo assumir um papel que esteja voltado para a maioria popular, que compreende cada uma dessas pessoas como pertencentes de um grupo, parte de uma cultura; aqueles que constituem um país (Baró, 1996).

Será que poderíamos enfrentar a situação dos corpos favelados apenas estendendo o alcance do trabalho da psicologia clínica (tradicional, hegemônica) realizado na atualidade? Como não restabelecer uma realidade social que está na raiz do conflito, da situação-problema que se vive nas favelas cariocas? Como ir além do consultório clínico para “configurar uma nova identidade das pessoas enquanto membros de uma comunidade humana, responsáveis por uma história”? Uma psicoterapia conscientizadora deveria ser fundada em um processo que possibilite o sujeito a afirmar sua identidade pessoal e social (Baró, 1996).

Colocando o contexto escolar em questão, os psicólogos e estudantes “comprometidos” com essa orientação costumam reproduzir o sistema estabelecido com seus esquemas de passividade e falta de criatividade, de domínio e submissão. Esse trabalho sistemático de aplicação de baterias de testes com o objetivo de investigar o nível de desenvolvimento e o grau de aprendizagem nos estudantes, detectando possíveis problemas, estaria assumindo uma perspectiva onde indivíduo e sociedade seriam acoplados, adaptados; questões sobre esquemas básicos de convivência e determinação dos papéis sociais que deveriam ser assumidos são anuladas. Como pensar em um trabalho de orientação escolar conscientizador? Seria possível um esforço para conseguir elaborar a transmissão de esquemas sociais alternativos? Como pensar em um ensino que desenvolva a capacidade crítica e criativa dos alunos nas escolas? Como refletir sobre um outro modo de viver o social e o laboral? Não se trata apenas de (tentar) garantir que os alunos aprendam com os currículos planejados pela instituição, mas principalmente que

“aprendam a confrontar a realidade de sua existência com um pensamento crítico” (Baró, 1996, p.21).

Em suma, assumir um compromisso com os povos brasileiros compreendendo sua realidade cotidiana enfrentando de forma direta as condições sociais desses cidadãos. Um pensamento crítico em psicologia onde os profissionais repensam constantemente suas intervenções e assumem um compromisso com as massas, abdicando seu isolamento nos consultórios clínicos. Repensar as práticas desses profissionais (inseridos na clínica, no contexto escolar, industrial, comunitário etc.) a partir das consequências históricas concretas que essas atividades acabam produzindo (Baró, 1996).

Entrevista com profissional de psicologia Luana Alves

ENTREVISTADOR: *Como é o acolhimento de homens que moram nas comunidades ao redor da Clínica da Família Cabo Edney?*

PSICÓLOGA LUANA ALVES: *Na realidade essa é uma grande questão de os homens acessarem os serviços de saúde, e em sua grande maioria são levados por suas esposas ou filhos.*

ENTREVISTADOR: *Qual é a demanda desses homens?*

PSICÓLOGA LUANA ALVES: *Quando esses homens acessam o serviço levados por terceiros percebemos uma falta de autocuidado em relação à diabetes e hipertensão que se agravam com o uso quase que diário de álcool. Muitos não veem como um problema, e de alguma forma, como não é algo excessivo, também não vemos a ponto de articular cuidado com o CAPSAD, mas de implicar esses homens que há várias outras maneiras de autocuidado. Muitos tem longas jornadas de trabalho e falam do uso como estratégia de lazer. Tentamos estratégias de reduzir danos, como esportes oferecidos no território e outras vinculações que podem ser potentes.*

ENTREVISTADOR: *Os moradores de comunidades dos entornos da Clínica da Família conhecem os serviços prestados pela Celso Lisboa?*

PSICÓLOGA LUANA ALVES: *Poucas pessoas acessam os serviços da Celso, mas na sua grande maioria o discurso tem a ver com o acesso. Primeiro pelo período certo de abertura de novos pacientes, nós e muitos deles sabemos tempos depois e outro é a dificuldade em acessar o Instagram e realizar o cadastro como é o caso de vagas para psicoterapia no SPA da instituição.*

ENTREVISTADOR: *Quais dificuldades você enfrenta no atendimento desses usuários?*

PSICÓLOGA LUANA ALVES: *Uma das grandes dificuldades que percebo é o fato de eu ser uma profissional mulher, uns dois casos de sofrimento em relação ao uso que causa discórdias para a família, comigo só aparecem falas: “Doutora, tá tudo certo comigo! Bebo uma cervejinha aqui e outra ali. A mulher e os filhos é que ficam em cima...”. Já com os médicos do sexo masculino choram e dizem o quanto é difícil afirmar que a bebida tem causado discórdia no casamento e o medo de perder a família. Além de outros mostrarem sofrimento devido à aposentadoria e se sentirem inúteis em casa.*

ENTREVISTADOR: *Como você enxerga o uso dessas substâncias?*

PSICÓLOGA LUANA ALVES: *Muitos moram nas comunidades do entorno da Clínica e da própria Celso, falam de um histórico na adolescência e até mesmo na infância. Isso virou um hábito e até a forma como eles falam tem algo ligado ao lazer também, longas jornadas de trabalho, e aí param em bares ali da esquina e ficam conversando com os amigos tendo implicância da mulher, dos filhos, e isso às vezes acarreta questões financeiras, porque daí começa a apertar o orçamento e alguns fazem um uso um pouco mais abusivo no sentido de ficar ali fazendo conta nos bares enfim. Mas nada ao ponto da gente avaliar como uma questão mais complexa. Eu consigo enxergar uma questão meio que cultural daqueles homens daquela localidade como única forma de lazer e relaxamento, não que não seja, mas quando eles chegam lá na Clínica muitos são diabéticos, hipertensos, e aí não fazem o acompanhamento regular ou faltam as consultas, ou então descobrem que já estão em um período mais crítico e aí tem a questão da bebida. Alguns tem uma alimentação pior, não tanto pelo acesso, mas que você vê de uma forma preenchido pelo trabalho e que depois vai tampar bebendo, então o autocuidado fica muito restrito a isso. E a gente tenta algumas apostas no território, mas tem uma resistência. A resistência eu acho que é de se apropriar mesmo do território, se pensar em outros espaços... tem sido um pouco difícil nisso, e aí quando pensamos nesse público que aos poucos está acessando. No ruim, no ruim eles até acessam, mesmo que a partir de terceiros, mas quando eles veem que estão em uma situação um pouco mais crítica em questão da diabetes e hipertensão e que o álcool está trazendo outras questões hepáticas, de colesterol alto, eles tomam aquele baque. Eles têm acessado sim mesmo que por terceiros e aí quando tomam esse choque de realidade acabam vindo com mais frequência, e é um público que dá para a gente pegar e usar isso que estou dizendo, deles acessarem outros pontos como ampliação do autocuidado, para tomar o cuidado de não moralizar esse uso, entendendo que tem todo*

um contexto social e cultural ali que faz com que eles só vejam isso como um único meio de diversão.

Etapas de viabilização do projeto

Sendo o método de intervenção do socio analista “criar um dispositivo de análise social coletiva”, ou melhor, uma forma de “analisar coletivamente uma situação coletiva”, a viabilização do Saúde Popular em Movimento confronta uma certa resistência burocrática das instituições envolvidas (Lourau, 1993).

Tornar esse projeto viável implica uma verba necessária para que o espaço seja construído. Sua elaboração deve levar em consideração o que foi pensado a partir dos agenciamentos coletivos de enunciação, dos inconscientes que se rebelam e se encontram em um fluxo desejante para subverter a subjetividade (Guattari, 1996) e libertar a psicologia (Baró, 1996). Não se trata de um espaço pensado para que os psicólogos possam ter um setting terapêutico garantido no Complexo do Lins. Esse processo deve levar em consideração as necessidades dos pacientes que poderão ocupar o espaço.

Considerações Finais

Não seriam os direitos humanos garantidos apenas para as elites? Não seria necessário pensar em quais direitos e para quem eles estão sendo dirigidos? Coimbra (2000) menciona “marginais” como aqueles que desviam das normas vigentes em uma sociedade consumida pelo modelo neoliberal; modelo esse que produz sujeitos imersos em uma vida miserável.

Os direitos proclamados pelas diferentes revoluções burguesas segundo esse autor, possuem um notável conteúdo de classe: “os excluídos de toda ordem nunca fizeram parte desse grupo privilegiado que teve, por todo século XIX e XX seus direitos respeitados e garantidos (Coimbra, 2000). Seriam os direitos humanos restritos à burguesia?

Para Guattari (1996) temos uma afirmação dos direitos locais, um dever que atravessa diferentes corpos, descontínuo e fragmentário, uma força que surge como os movimentos contra a ditadura militar no Brasil, um dos movimentos sociais que se efetivou na segunda metade dos anos 70 para “rechaçar os movimentos tradicionalmente instituídos e que politizaram o cotidiano nos locais de trabalho e moradia, inventando novas formas de fazer política” (Coimbra, 2000).

Após o fim da ditadura militar no Brasil nos anos 80, tivemos meios de comunicação de massa que falavam, mesmo que de forma sutil, sobre o aumento da violência naquele período como se fosse associado ao fim da ditadura. Dessa forma, “a violência tornou-se o tema preferido pela mídia e pelos políticos”. O discurso conservador e tradicional da época enfatizava que a população deveria ser armada; os linchamentos eram defendidos. A mídia reproduzia essa lógica policlesca de vigilância e punição dos marginais. Temos um discurso de genocídio dos corpos pretos e favelados, violência, exclusão social, segregação desses grupos subalternos e povos que são removidos de territórios que historicamente lhes pertencem (Coimbra, 2000).

Nesse sentido, não seria de se espantar constatar que a elite sempre tratou direitos humanos para a população subalterna como “direitos para bandidos e pobres”. Tal medo neoliberal traria cada vez mais desemprego, miséria e pobreza. Como poderíamos negar essa implantação de políticas neoliberais, que continuam “produzindo efeitos funestos que se traduzem no desemprego programado e na efetiva restrição ao pleno acesso aos bens mínimos necessários à dignidade humana”? A marginalização impiedosa sobre aqueles que são “excluídos do trabalho” responsabiliza esses desempregados por não conseguirem se manter ou conseguir uma colocação no mercado de trabalho (Coimbra, 2000 p.263).

Como mudar esse quadro através da força de movimentos sociais? Como pensar em práticas cotidianas, micropolíticas, que possam manejar esses impasses? Como contrapor as políticas tradicionais, afirmando os direitos principalmente dos miseráveis atuais? A formação de grupos psicoterapêuticos pode possibilitar processos de singularização e autonomia para esses corpos favelados? Como pensar na saúde mental desses homens e desmoralizar o uso de substâncias? Até que ponto o saber médico-científico é usado para culpabilizar a classe operária na sociedade capitalística?

Buscando novos horizontes, novas possibilidades, indo além do atendimento clínico tradicional e sem abandonar a psicologia (Baró, 1996), seria necessário refletir sobre uma prática comunitária que considere a produção de subjetividade como “matéria prima de toda e qualquer produção” e os sistemas de culpabilização como função da subjetividade capitalística (Guattari, 1996). Como não cair nessa exigência de referências? Como não reproduzir instâncias de inibição que exilam o sujeito, que desaba sem seu direito à existência? Como pensar em uma prática psicoterápica de grupos que considere os agenciamentos desses usuários? Como manejar esses grupos?

Enquanto existir um sistema de hierarquias onde as relações sociais são estabelecidas através de instâncias de poder e controle dos corpos favelados e negros, a subjetividade capitalística, neoliberal continuará sendo propagada e seus modos de vida continuarão sendo predominantes. Qual é o papel do psicólogo no processo revolucionário? Como ele pode contribuir para o movimento dos profissionais da área da saúde em direção a construção de uma sociedade libertária? Há como libertar as amarras, os nós edípicos que acorrentam os corpos dos marginalizados e impedem seus fluxos desejantes? Como pensar em um encontro (ou desencontro) entre a psicologia e uma possível utopia anarquista através de novos movimentos de massa que poderiam agitar, perturbar essa sociedade capitalística rumo à uma revolução?

Referências

- BARÓ, M. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, 7-27. 1996.
- COIMBRA, C. M. B. Psicologia, direitos humanos e neoliberalismo. **Revista Psicologia Política**, v. 1, n. 1, p. 139-148, 2001.
- GONÇALVES, M. A.; PORTUGAL, F. T. Análise Histórica da Psicologia Social Comunitária no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, v.28, n. 3, p.562-571, 2016.
- GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Cartografias do Desejo**. 4ªed. Petrópolis: Vozes. 1996.
- LOURAU, R. **René Lourau na UERJ – Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**, 1993.
- YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Rio Grande do Norte, v. 26, p.9-24, 2010.